
ESCRITAS DA DOR: ENTRE O SILÊNCIO E A REPRESENTAÇÃO

Roberta Cristina de Oliveira Saçco¹

Resumo: Esta pesquisa tem como objeto de estudo a representação literária do trauma. Nosso objetivo é mostrar que através do recurso da ficção a literatura devolve às vítimas e às famílias de desaparecidos a dignidade outrora retirada pela repressão durante o regime militar. A obra de ficção em torno da qual se desenvolve essa pesquisa é “K. Relato de uma busca” (2014) de Bernardo Kuscinski, além de depoimentos de sobreviventes da ditadura militar brasileira. O embasamento teórico que norteia essa investigação compreende os estudos de Franz Fanon, Márcio Seligmann-Silva e Maria Rita Kehl. As fontes de pesquisa utilizadas são: pesquisa bibliográfica, análise de depoimentos e de obras literárias. Concluímos ao final desse trabalho que a literatura se configura numa importante ferramenta de luta por memória, verdade e justiça.

Palavras-chave: Ditadura Militar. Memória. Testemunho. Trauma.

Introdução

Este trabalho é parte da minha dissertação de mestrado, intitulada “Narrativas da dor: entre o silêncio e a representação” orientada pela Prof. Dra. Enilce do Carmo Albergaria Rocha e defendida em 2016 pelo PPG Estudos Literários da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Buscamos compreender como a narrativa ficcional dá forma às memórias de militantes políticos vítimas da violência dos agentes repressores da ditadura civil-militar. Trabalhamos com o livro “K” de Bernardo Kuscinski associado a testemunhos de vítimas da ditadura militar brasileira. O autor escreve na condição de sobrevivente da ditadura e irmão de Ana Rosa Kuscinski, desaparecida política e personagem em torno da qual se desenvolve a narrativa.

Ana Rosa e o marido, Wilson Silva, foram forçadamente desaparecidos pelo sistema repressivo em abril de 1974. A história é contada por um narrador observador que estrutura a narrativa em torno de K., pai de Ana Rosa, personagem vitimada pelo sistema repressivo. A partir do desaparecimento da filha, inicia-se a saga de K., personagem central da narrativa, o qual trava uma batalha, contra a ditadura militar, em busca de respostas que jamais lhe foram dadas.

¹ Doutoranda em Estudos Literários, UFJF, robertasacco@bol.com.br.



Paralelo à ficção, analisamos os testemunhos prestados à Comissão Nacional da Verdade, através do relatório final da CNV, por sobreviventes ou por familiares de desaparecidos, que se associavam à obra de Kuscinski. Os depoimentos conferem à narrativa autenticidade, veracidade; elementos necessários para que viéssemos constatar que a literatura elabora as imagens da violência contra o corpo e contra o psiquismo, e traz para o campo da representação o traumático na vida dos sobreviventes. Simultaneamente, por considerar que Juiz de Fora, teve um papel importante no cenário nacional, seja na implementação do golpe que colocou os militares no poder, seja no movimento de resistência contra esse golpe, examinamos os depoimentos prestados por mulheres da cidade, que assim como Ana Rosa Kuscinski, resistiram e lutaram contra o sistema repressivo. Nosso objetivo foi demonstrar que ficção e narrativas orais complementam-se na busca pela verdade, no resgate de vozes e histórias silenciadas. Nesse cenário, a literatura surge como a possibilidade de representar a catástrofe uma vez que ela age no imaginário social. Nesses casos a elaboração do trauma perpassa pela reconstrução da memória traumática em que o sujeito através da narrativa oral ou escrita passa da imagem recorrente da cena traumática à sua representação.

Através da análise das narrativas investigamos as consequências da violência e da tortura na vida dessas pessoas e buscamos compreender como elas lidam com a memória do trauma e se é possível elaborá-lo. Na análise do texto literário ainda é viva a ferida aberta na memória da Nação brasileira. O papel da literatura é justamente esse, exprimir o inexprimível, sem perda da função testemunhal dos textos. Retomar o passado sob um olhar diferenciado, o olhar literário numa tentativa de transformar dor e sofrimento em arte e não deixar que a história caia no esquecimento. Através de um compromisso ético, a literatura devolve aos sobreviventes e aos “desaparecidos” o direito à memória e à justiça.

Através deste trabalho, busco, quem sabe, dar uma pequena contribuição para que se mude a memória popular construída sobre os militantes no Brasil. Arde no Brasil a necessidade de se pensar em políticas públicas que visem educar as novas gerações sobre aqueles que foram os anos mais sangrentos da nossa história e não deixar que discursos inflamados e, quero acreditar, ingênuos, peçam a volta dos militares ao poder. Para concluir cito uma frase de Eliana Brum, escritora e repórter documentarista, sobre uma das manifestações de 2014 em São Paulo “Eles eram 400 nas ruas de São Paulo, no primeiro sábado de dezembro, pedindo intervenção militar. Quatrocentos não é pouco. Um é muito” (BRUM, 2014, s/p). Eliana escrevia ao Jornal El País sobre o livro lançado em novembro daquele ano pela Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”. *Infância roubada – crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*, o livro segundo a jornalista é a memória do inominável que precisa ser nomeado para que o crime de Estado não se repita.



1. Pressupostos teóricos

O embasamento teórico que norteou essa investigação compreende os estudos de FRANZ FANON, MÁRCIO SELIGMANN-SILVA e MARIA RITA KEHL sobre o trauma. Para tanto, essa tese será dividida em cinco partes teóricas: o trauma sob o ponto de vista da psiquiatria fanoniana; o trauma sob o ponto de vista da psicanálise freudiana tendo como referência os estudos de Maria Rita Kehl; a narrativa do trauma segundo Márcio Seligmann-Silva; o corpo torturado, de acordo com Ivete Keil, Márcia Tiburri e Maria Rita Kehl e a ausência do corpo, capítulo no qual fazemos uma análise dos métodos de desaparecimento utilizados pelo aparelho repressivo brasileiro de acordo com relatório final da Comissão Nacional da Verdade.

Nosso objetivo foi tecer considerações a respeito de como as vítimas lidam com a memória traumática e de que modo a narrativa do trauma se instaura como viés para cura. A seguir faremos um apanhado dos capítulos e suas principais bases teóricas.

No capítulo 1, intitulado **“Identidades em guerras: a situação emocional de pessoas vítimas de violência”**, abordamos os distúrbios pós-traumáticos tendo como referencial teórico Franz Fanon em *“Os condenados da Terra”*. Examinamos casos analisados por FANON (2005), nos quais ele apresenta distúrbios mentais do tipo reacional apresentados por argelinos durante a guerra de libertação da Argélia. Apuramos que o Brasil importou da França as teorias de tortura e que essas teorias foram usadas pela primeira vez pelo exército francês contra o movimento de independência da Argélia. Da psiquiatria fanoniana nos interessou o conceito de Stress pós-traumático, que é um termo da psiquiatria usado para caracterizar os distúrbios físicos, psíquicos e emocionais desenvolvidos no sujeito vítima ou testemunha de situações traumáticas que, em geral, representam ameaça à vida. Os distúrbios podem se apresentar sob diversas formas: sonhos, pesadelos, pensamentos ou sentimentos incontroláveis, alucinações, flashbacks.

Convencionalmente a psiquiatria ocupa-se da terapia medicamentosa e da psicoterapia de pacientes que apresentam problemas mentais. No entanto, Fanon utiliza-se de métodos psicanalíticos e contesta essa intervenção. Podemos dizer que, em Fanon, o principal caminho para a elaboração psíquica é a linguagem, o que o aproxima da psicanálise freudiana.

No segundo capítulo **“As vítimas e suas marcas”**, pretendemos compreender, baseado em Maria Rita Kehl em *“O ressentimento”*, como a literatura se associa à psicanálise e traz para o campo simbólico o que representou o traumático na vida dos sujeitos envolvidos. Concluímos que o impacto do traumático na vida do sujeito tem haver com a forma como ele reconstruiu suas relações com o mundo exterior. Trouxemos para a dissertação dois conceitos



de trauma que nos ajudaram a compreender melhor os processos nos quais os personagens reais e ficcionais estavam inseridos.

O primeiro conceito é do Vocabulário da Psicanálise, de Laplanche e Pontalis.

“Acontecimento da vida do sujeito que se define pela sua intensidade, pela incapacidade em que se encontra o sujeito de reagir a ele de forma adequada, pelo transtorno e pelos efeitos patogênicos duradouros que provoca na organização psíquica” (LAPLACHE E PONTALIS, 1991, P. 522).

Outra concepção que nos ajuda a compreender o trauma vem de Maria Rita Kehl “O trauma é aquilo que não se consegue esquecer, mas que, ao mesmo tempo, é intolerável recordar. Ou impossível de se transmitir.” (KEHL, 2011, p.310).

No capítulo 3, “**O silêncio da testemunha**”, nosso objetivo, baseado em Márcio Seligmann-Silva foi “tentar falar sobre a ausência do testemunho; descobrir em que medida nós não temos uma cultura da memória” (SELIGMANN, 2010, p.17). Procuramos compreender o trauma no contexto brasileiro, o Brasil não acolheu a testemunha, segundo o autor não deu oportunidade para que elas se transformassem em acusadoras. A lei de anistia, funcionou como um Alzheimer nacional impedindo que uma política da memória fosse instaurada no Brasil. Ao mesmo tempo as vítimas vivem o tempo do silêncio, e acreditam que ao se calarem o tempo se encarregará de apagar as marcas do sofrimento. Nossa pergunta foi: Como o testemunho aqui não encontrou acolhimento na sociedade, a testemunha se calou e viveu por décadas um silêncio imposto ou esse silêncio seria uma consequência do trauma?

Interessa-nos a questão do testemunho sob a ótica de sua possibilidade e de sua impossibilidade, ou seja, interessa-nos analisar em que medida o impedimento do testemunho foi algo imposto, ou se trata apenas de um bloqueio.

Sem dúvida houve um impedimento imposto pelos poderosos que ao orquestrarem a transição da ditadura para a democracia não permitiram que seus crimes se tornassem públicos através dos testemunhos dos sobreviventes. Com base em Selligmann podemos dizer que a sociedade se comportou tal como previam seus algozes: manipulada pelos meios de comunicação minimizou os efeitos da tortura, silenciou as vítimas e não deu espaço para o testemunho, o que pode ter prolongado o período de latência entre as vítimas. Conclui Ugo Carlos Santander em “Memória e direitos humanos” que “assim as violências reinam no território dos silêncios” (SANTANDER, 2010, p.18).

Cinquenta anos depois, convergem razões políticas para romper esse silêncio: a eleição de uma militante para o cargo maior da república, Dilma Rouseff, e a instauração, ainda no governo Lula, da Comissão Nacional da Verdade, que deu origem a muitas outras comissões estaduais e municipais, instauraram o debate.



Em relação ao papel da narrativa na elaboração do passado traumático, utilizamos como referencial teórico Suely Rolnik, psicanalista e sobrevivente da ditadura militar. Segundo a autora a escrita cura e tem o poder de penetrar nas marcas do sofrimento e anular seu veneno.

“Eu dizia que escrevo por necessidade. Considero que a escrita "trata". Me explico: além do trivial caseiro do desassossego que a move e a faz criar um mundo onde encontramos um novo equilíbrio, a escrita tem um poder de tratamento em relação àquilo que chamo de marcas-ferida” (ROLNIK, 1993, p.10).

No Capítulo 4 **“Narrativas do corpo: a dimensão psíquica da dor dos torturados”**, abordamos os sofrimentos infligidos ao corpo pela tortura e suas representações. Conforme KEHL(2014), o intento da tortura é destruir a articulação corpo e linguagem, nesse sentido o silêncio é o ultimo recurso do corpo torturado, talvez a única forma de resistir. “O silêncio é a escolha de quem não tem mais escolha nenhuma; e como escolha, é o último reduto (ético) da humanidade desse homem/corpo despojado de todos os outros avatares da condição humana” (KEHL, 2014, p.11-12).

O que nos chama atenção nesse absurdo da relação torturado e torturador é a reação da sociedade diante da tortura. A tortura existe porque a sociedade a admite pois, de acordo com KEIL (2014), a tortura é encenada a três: o poder que tortura, o torturado e a sociedade.

No quinto capítulo: **“Desaparecimentos Forçados: a luta dos familiares e os métodos da repressão”**, procuramos pesquisar os métodos de tortura utilizados pela ditadura militar brasileira, e constatamos que além de extremamente cruéis, ele levavam os torturados à morte.

No início da repressão os conflitos com armas de fogo, atropelamentos e suicídios eram as versões mais usadas para forjar as mortes dos militantes presos. Mas com o passar do tempo os altos índices desses crimes criaram uma desconfiança por parte da sociedade que mesmo calada por força da repressão começou a ver com desconfiança a ação dos militares. Era preciso um novo método que não deixasse pistas.

Para dificultar a identificação dos corpos, técnicas e métodos foram criados. Entre eles: o lançamento de corpos ao mar ou em rios, a incineração, o esquartejamento e o enterro como indigente.



A fim de descaracterizar os corpos eram retiradas a arcada dentária e as pontas dos dedos. Além disso, o ventre era cortado para impedir que a produção dos gases durante a decomposição fizesse o corpo emergir.

O depoimento de Kátia Elisa Pinto, filha do desaparecido Onofre Pinto, traz um pouco do representou o desaparecimento forçado de um ente querido para família. Ela contou que sua avó esperou pelo filho até o último dia quando faleceu.

“ela ainda esperava por ele. Esperava mesmo. [...] O fato de não ter o corpo, principalmente, na nossa cultura ocidental, dá uma sensação de que a pessoa está viva, está em algum lugar, de que ela vai aparecer em algum momento” (CNV, 2014, p. 430/431).

De acordo com Maria Rita Kehl,

“A morte é um evento tão inaceitável para qualquer um, e a morte violenta ainda mais, que precisamos velar o corpo morto para conseguir acreditar nela. Sem o corpo, fica-se com a sensação de que a realidade da morte foi decidida não por quem causou o desaparecimento, mas pelos que desistiram de buscar o desaparecido. Por isso o luto dos familiares é uma ferida que nunca deixa de doer diz a psicanalista” (CAZES, 2013, s/p).

No capítulo 6, “Memórias femininas da repressão em Juiz de Fora”, apresentamos uma breve biografia de três mulheres juizforanas cujas trajetórias de vida representam o perfil das mulheres que se envolveram com o projeto político das esquerdas revolucionárias. A análise dos dados se dará a partir de três pilares, a saber: as motivações que levaram as mulheres a participarem da militância política contra o Regime Militar; a brutalidade do sistema repressivo: as prisões, torturas e a vida na clandestinidade; e os reflexos da violência na estrutura psíquica dessas mulheres.

Com esse propósito, foram analisados depoimentos de mulheres da cidade que participaram de organizações de esquerda prestados à Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora e ao Comitê pela Memória, Verdade e Justiça. A fim de estabelecer um critério para a seleção dos depoimentos que seriam utilizados nessa dissertação, buscamos mulheres nascidas em Juiz de Fora ou que tiveram uma militância associada à cidade cujo percurso de vida culminou em prisões, torturas e clandestinidade. Sem pretensão de fazer uma análise psicológica buscamos também investigar o impacto da resistência na trajetória de vida dessas mulheres.

Quando se trata de luta e resistência, as histórias de Marilea Venâncio Porfírio, Marília Salles Falci Medeiros e Nair Guedes se cruzam. São mulheres que marcaram a cidade que carrega a desonra de ter sediado as tropas responsáveis pelo golpe de 1964.



Após o estudo da história de vida dessas guerreiras da vida real fizemos uma relação com a ficção de Kuscinski, e encontramos pontos de convergência entre as histórias reais e a ficção: as demissões por justa causa, o casamento na clandestinidade, a busca da família pelo familiar preso, as quedas mediante delação.

2. Metodologia

De acordo com GIL(2008), trata-se de uma pesquisa de base bibliográfica e documental. Bibliográfica, pois sua base é a análise de material já elaborado, constituído de livros, dissertações, teses e artigos científicos. E documental pois vale-se, também, da análise de depoimentos, materiais que não haviam recebido um tratamento analítico e que puderam ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa. Mesmo os depoimentos que já haviam sido analisados pela Comissão Nacional da Verdade, receberam outras interpretações na medida que foram associados a um material teórico.

3. Análise de dados

Através da análise das entrevistas e do estudo sistemático da teoria, buscamos estabelecer um diálogo entre essas duas fontes. Nosso objetivo foi analisar os testemunhos pelo viés do trauma e verificar, em que medida, a vítima iniciou o processo de elaboração da vivência traumática. Para isso, foi de extrema importância a seleção de um material teórico que estivesse fundamentado nos estudos de Freud, uma vez que, pelo pouco tempo do mestrado não seria possível um aprofundamento na teoria psicanalítica do trauma. Trabalho este que estamos desenvolvendo no doutorado, através da pesquisa “**Literatura, violência e trauma: pelos caminhos da psicanálise**”, desenvolvida por mim e orientada pela Prof. Dra. Enilce do Carmo Albergaria Rocha, no PPG Estudos Literários UFJF.

Considerações finais

Procuramos neste trabalho investigar como ficção e narrativas orais se complementam na busca pelo estabelecimento da verdade, e no resgate de vozes e histórias silenciadas. Através das memórias de personagens da vida real, verdadeiros heróis anônimos, conseguimos entender os anseios revolucionários de Ana Rosa Kuscinski e Wilson Silva. Por alguns momentos conseguimos nos transportar para o Brasil ditatorial e



vivenciar a dor da tortura, o sofrimentos das famílias, a dificuldade de se enfrentar o passado e os traumas que acompanham os sobreviventes.

Ao longo dessa dissertação pudemos constatar que a literatura de testemunho elabora sua narrativa do período da ditadura civil-militar no Brasil tecendo um paralelo entre os testemunhos orais e a ficção. Através dos testemunhos pudemos resgatar as vozes silenciadas de mulheres juiz-foranas que tiveram um papel de destaque na luta pela democracia. Pudemos também constatar que a cidade de juiz de Fora não é apenas a capital do golpe, mas a cidade que resistiu ao domínio militar.

Por meio do testemunho de mulheres que lutaram contra um sistema estabelecido pela força da violência, compreendemos como esse período foi pensado por mulheres juiz-foranas que resistiram ao golpe. Pudemos, enfim, compreender como a narrativa ficcional dá forma às memórias de militantes políticos vítimas da violência dos agentes repressores da ditadura civil-militar.

Sem dúvida alguma saímos dessa pesquisa certos de que a literatura se configura como uma importante ferramenta na busca por justiça histórica e social. Por meio de personagens ficcionais a história a todo tempo se atualiza e desperta no leitor os mais diversos sentimentos, que vão de comoção à raiva e à dor. De acordo com José Castello, em comentário na contra capa do livro, em K “a verdade e a imaginação expõem de modo gritante sua condição inseparável”.

WRITTEN OF PAIN: BETWEEN SILENCE AND REPRESENTATION

Abstract: This research aims to study the literary representation of trauma. Our aim is to show that through the fiction feature, literature returns to the victims and families of the disappeared the dignity once withdrawn by repression during the military regime. The work of fiction around which this research is developed is "K. Report of a search "(2014) by Bernardo Kuscinski, in addition to testimonies of survivors of the Brazilian military dictatorship. The theoretical background that guides this investigation comprises the studies of Franz Fanon, Márcio Seligmann-Silva and Maria Rita Kehl. The sources of research used are: bibliographic research, analysis of testimonies and literary works. We conclude at the end of this work that literature is an important tool for struggle for memory, truth and justice.

Key words: Military Dictatorship. Memory. A testimony. Trauma



Referências

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade.** – Recurso eletrônico. – Brasília: CNV, 2014.

CAZES, Leonardo. **Os desaparecidos da ditadura e da democracia no Brasil.** Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 7 set. 2013. Disponível em: < <http://blogs.oglobo.globo.com/prosa/post/os-desaparecidos-da-ditadura-da-democracia-no-brasil-509472.html>>. Acesso em: 6 jul. 2016.

FANON, Frantz. **Os condenados da Terra.** Tradução Enilce Albergaria Rocha, Lucy Magalhães. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.

GINZBURG, Jaime . **Escritas da Tortura.** Diálogos Latinoamericanos, 2001 no. 3 p. 131-146.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** 2.ed. São Paulo: Editora Vértice, 1990, p 29-70.

JUIZ DE FORA. **Comissão Municipal da Verdade. Memórias da repressão: relatório da Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora.** / Comissão Municipal da Verdade. Juiz de Fora: MAMM, 2015.

KEHL, Maria Rita. **Ressentimento.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 4ª edição, 2011.

KUCINSKI, Bernardo. **K.** 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LAPLANCHE, Jean. **Vocabulário da psicanálise/ Laplanche e Pontalis.** São Paulo: Martins Fontes, 1991.

ROLNIK, Suely. **Pensamento, corpo e devir: uma perspectiva ético/estético/política no trabalho acadêmico.** Cadernos de subjetividade, São Paulo, v. 1, n. 2, p.1-15, 1993.

SANTANDER, Ugo Carlos (Org.) **Memória e Direitos Humanos.** Carlos Ugo Santander. – Brasília: LGE, 2010, 15-22.

SELIGMANN-SILVA. **Anistia e (in)justiça no Brasil: o dever de justiça e a impunidade,** Literatura e Autoritarismo, Santa Maria, v. 9, n. 9, p. 2, 2007.

_____. **A escritura da memória: mostrar palavras e narrar imagens.** Remate de Males, Campinas, v. 26, n.1, p. 31-45, 2006.

_____. **Imagens precárias: inscrições tênues de violência ditatorial no Brasil.** Estudos de literatura brasileira contemporânea, Brasília, n. 43, p. 13-34, 2014.

_____. **Literatura e Trauma.** Pro-Posições, Campinas, v. 13, n. 3, p. 135-153, 2002.

_____. **Narrar o trauma: a questão dos testemunhos das catástrofes históricas.** Psic. Clin, Rio de Janeiro, vol 20, n 1, p 65-82, 2008.

_____. **O local do testemunho.** Tempo e Argumento, Florianópolis, vol 2, n 1, p 3-20, 2010.

_____. **Testemunho e a política da memória: o tempo depois das catástrofe.** Proj. História, São Paulo, (30), p. 71-98, 2005.



_____. **Testimonio como narrativa después de las catástrofes: políticas de la memoria y el caso de la desmemoria de la dictadura brasileña.** In: JOZAMI, Eduardo; KAUFMAN, Alejandro; VEDDA, Miguel. Walter Benjamin en la ex ESMA. Justicia, historia y verdad. Escrituras de la memória. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Prometeu Libros, 2013. Cap 19, p 293-302.

_____. **Zeugnis e "Testimonio": um caso de intraduzibilidade entre conceitos.** Pandaemonium Germanicum, São Paulo, p. 67-83, 2002. 140

TIBURI, Márcia e KEIL, Ivete (Org.). **O corpo torturado.** Porto Alegre: Escritos, 2004.

